

DESENVOLVIMENTO INTEGRAL
BASE NACIONAL COMUM

Introdução

Nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2015, um grupo de especialistas em currículo e em educação integral, juntamente com organizações de referência da área de educação realizaram uma série de encontros com o intuito de construir propostas concretas para inserção do Desenvolvimento Integral na Base Nacional Comum.

O processo compreendeu três etapas, conforme listado a seguir:

Etapas 1: Oficina de macropactuação

Objetivo: Construção/pactuação de uma proposta de abordagem para o Desenvolvimento Integral na Base.

Participantes: Associação Cidade Escola Aprendiz, Associação pela Saúde Emocional de Crianças, Eleva Educação, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP), Inspirare, Insper, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, MindLab, Movimento pela Base Nacional Comum, Instituto Paulo Montenegro e Vila Educação.

Etapas 2: Grupo de Trabalho sobre a Base do Centro de Referências em Educação Integral :

Objetivo: Leitura crítica e validação da proposta resultante da oficina de macropactuação, com construção da estratégia de aprofundamento.

Participantes: Instituto Natura, Cenpec, Fundação Itaú Social, Inspirare, Fundação SM, Instituto C&A, Instituto Rodrigo Mendes, Associação Cidade Escola Aprendiz e Cleuza Repulho.

Etapas 3: Grupos de Trabalho com especialistas das áreas e etapas de ensino, mais especialistas em Desenvolvimento Integral.

Objetivo: Validação da proposta e articulação com o texto da Base.

Participantes:

Organizações: Associação Cidade Escola Aprendiz, ASEC, Avante, CENPEC, Centro de Referências em Educação Integral, Comunidade Educativa CEDAC, Eleva Educação, Escola Teia Multicultural, Fundação Itaú Social, Fundação SM, ICE - Instituto de Co-responsabilidade pela Educação, Insper, Inspirare, Instituto Ayrton Senna, Instituto C&A, Instituto Natura, Instituto Paulo Montenegro, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Unibanco, Mathema, MindLAB, Movimento pela Base, SBPC, Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Sul da Bahia, USP, Vila Educação

Pessoas Físicas: Andrea de Marco Leite de Barros, Arnaldo Pinto Jr, Marisa Balthazar, Paulo Rota, Renata Del Mônico, Ricardo Carrasco, Stela Barbieri.

4. Revisão dos textos introdutórios da Base à luz das discussões realizadas

Objetivo: Elaboração de sugestões para os Princípios orientadores da Base Nacional Comum e para os textos introdutórios da Educação Infantil e das Áreas do Conhecimento.

Participantes: Centro de Referências em Educação Integral, Inspirare, Insper, Instituto Ayrton Senna e Movimento pela Base.

Desafios da Base segundo os especialistas

- **Fragmentação:** A compartimentação da Base em áreas do conhecimento e os objetivos de aprendizagem por série não favorecem uma visão integrada de currículo. Além disso, não há articulação, alinhamento ou senso de continuidade entre o preâmbulo e as áreas do conhecimento, entre textos introdutórios e objetivos de aprendizagem.
- **Transversalidade:** Todos os elementos (capacidades) associados ao Desenvolvimento Integral são transversais, portanto é um desafio pensá-los à luz das áreas do conhecimento e das etapas de ensino. A própria concepção integral da educação já pressupõe que o ser humano não seja compartimentado. Capacidades como autoconhecimento e autocuidado, por exemplo, são verificáveis na criança pequena (Educação infantil) e no jovem do Ensino Médio, e, a rigor, todos os educadores (independente da área de conhecimento em que atuam) são responsáveis pela formação do sujeito em todas as suas dimensões.
- **A Base e a Educação Integral:** A Base já apresenta elementos alinhados à concepção do Desenvolvimento Integral. No entanto, o documento não é uniforme, isto é, há áreas do conhecimento que dialogam plenamente com essa proposta, outras o fazem razoavelmente e algumas não propõem praticamente nenhuma interface. A Educação infantil, por exemplo, dialoga fortemente com os princípios do Desenvolvimento Integral. As Ciências da Natureza apresentam bom alinhamento, mas ainda precisam de complementações. Por sua vez, a área de Matemática traz pouquíssimo ou nenhum diálogo com essa concepção de educação e precisa de uma revisão mais profunda.
- **Falta de uma semântica e de uma estrutura comuns às diferentes Áreas do Conhecimento:** Além da falta de uma estrutura comum (cada área é apresentada de forma distinta), verifica-se uma falta de coesão semântica no documento, gerando confusão no entendimento e dificuldade na incorporação de elementos integradores.

- **Falta de coesão entre as Áreas do Conhecimento:** A Base não aponta uma proposta clara de formação para onde todas as áreas podem convergir. Cada área é pensada de forma isolada das demais (há pouca ou nenhuma interdisciplinaridade) e o foco está nos conteúdos específicos e não no sujeito em formação.
- **Excesso de "escolarização":** A Base foi, de maneira geral, avaliada como excessivamente "escolarizada"; isto é, incluiu de modo insuficiente conhecimentos e saberes fora dos muros da escola. É preciso que o documento seja revisto no sentido de pensar exemplos e apontar caminhos de aprendizagem alinhados com o mundo real e a vida cotidiana.

Recomendações gerais à Base e aos seus possíveis desdobramentos

- **Busca de uniformidade e coerência:** Uma forte recomendação dos especialistas foi a construção de maior coesão entre as etapas de ensino – isto é, uma progressão das capacidades do Desenvolvimento Integral ao longo do tempo –, como também uma coerência interna dentro de cada ciclo.
- **A forma de ensino também precisa ser considerada:** Todos os grupos de discussão apontaram para a necessidade de, em um momento futuro de revisão da Base, prevê-se a inclusão no documento de um parágrafo que aponte que a forma de ensinar faz diferença, especialmente em uma concepção de Desenvolvimento Integral. Isto é, uma formação integral não será garantida apenas pela aprendizagem dos conteúdos das áreas. Uma vez que a metodologia de ensino, os recursos pedagógicos utilizados e as relações estabelecidas entre os atores do processo educacional promovem ou dificultam o Desenvolvimento Integral das crianças, adolescentes e jovens, é necessário explicitar estes pontos na Base.
- **Avaliação qualitativa das capacidades:** O grupo recomenda que futuras avaliações considerem métodos qualitativos que incorporem a observância do desenvolvimento de dimensões não diretamente relacionadas às aprendizagens acadêmicas. Caso contrário, há um grande risco de capacidades como "Sociabilidade" receberem "notas" em escala de 1 a 10, o que seria um equívoco.

Propostas centrais dos especialistas para a Base

- **Papel integrador do Desenvolvimento Integral na Base:** Houve entendimento de todos os especialistas de que o Desenvolvimento Integral pode ser o elemento integrador da Base, gerando convergência entre as diferentes áreas do conhecimento e etapas de ensino. Em linhas gerais, áreas e etapas devem estar voltadas à formação plena do estudante, conforme determinam os principais marcos legais da educação brasileira.

- **Definição da contribuição formativa das Áreas do Conhecimento:** A análise dos textos introdutórios da Base possibilitou que os especialistas apontassem objetivamente quais são as interfaces entre cada área e o Desenvolvimento Integral. Dessa discussão decorreu um conjunto de recomendações para explicitar as relações entre o método, o objeto de estudo, os tipos de raciocínio que cada área trabalha e as capacidades do Desenvolvimento Integral que promove nas crianças, adolescentes e jovens. Essa elaboração permitiu a identificação clara da contribuição de cada área para a formação integral do estudante, cuja concepção é introduzida no texto "Princípios orientadores da Base Nacional Comum", criando um fio condutor que articula e gera coesão entre todos os elementos da Base.

Apresentamos abaixo a síntese da contribuição formativa de cada área ao Desenvolvimento Integral:

LINGUAGENS

O domínio efetivo das Linguagens contribui para uma atuação mais criativa, inovadora e responsável no mundo, desenvolve o pensamento crítico e a capacidade de se colocar no lugar do outro com empatia, tolerância e compreensão. Assim, a proposta formativa da área de Linguagens está intimamente relacionada ao desenvolvimento da sociabilidade - com a apropriação de diferentes formas de comunicação e de expressão -, criatividade, abertura às diferenças e apreciação da diversidade. Uma vez que a Linguagem é uma forma de ação e interação no mundo, necessariamente o processo formativo na área promove o desenvolvimento da capacidade de dialogar, desenvolver e manter relações, negociar e solucionar conflitos e buscar a flexibilidade e acolhimento de ideias, opiniões, valores e crenças diferentes dos seus.

CIÊNCIAS HUMANAS

O processo de investigação das Ciências Humanas permite a reflexão sobre sua própria experiência, o aprofundamento da leitura crítica do mundo e a valorização dos direitos humanos, preparando o estudante para assumir-se como partícipe da vida política e comunitária e protagonista da sua história. Assim, a proposta formativa da área de Ciências Humanas estimula a abertura às diferenças e apreciação da diversidade, o sentido de pertencimento a grupos sociais, a percepção de temporalidade e de espacialidades e a capacidade de se corresponsabilizar pelo outro e por si mesmo de modo autônomo. Conhecer o mundo pelo viés da interculturalidade permite à criança e ao jovem desenvolver o autoconhecimento e autocuidado, acolher o outro e reconhecer-se como pertencente e interdependente do meio social e ambiental.

MATEMÁTICA

O exercício ativo de resolução de problemas instiga a criatividade e a inovação, desenvolve o senso de responsabilidade e promove a valorização dos próprios potenciais e limites, bem como a determinação e resiliência para vencer obstáculos e superar dificuldades. Assim, a

proposta formativa específica da área de Matemática estimula o desenvolvimento do pensamento crítico, a capacidade de enfrentar e resolver problemas, de desenvolver diversos tipos de raciocínio (indutivo, dedutivo, espacial e não determinístico) e de apropriar-se da comunicação e linguagem matemáticas.

CIÊNCIAS DA NATUREZA

A proposta formativa da área de Ciências da Natureza estimula o desenvolvimento do espírito científico, a apropriação do “fazer ciência” e da metodologia científica. Tal processo inclui o levantamento de hipóteses, a experimentação, observação, o registro, a análise de dados (evidências) e a comprovação de hipóteses levantadas previamente. Nesse exercício investigativo, são desenvolvidos o pensamento crítico, a criatividade, responsabilidade e determinação. A criança ou jovem que experimenta, pesquisa, testa e levanta hipóteses científicas aprende a problematizar, argumentar e olhar criticamente para todos os fenômenos (naturais ou sociais), para o outro e para si mesmo.

Revisão dos Textos da Base

Neste item estão disponíveis os textos revisados pelos especialistas à luz dos desafios e propostas descritos nos itens anteriores.

São eles:

1. Princípios Orientadores da Base;
2. Educação Infantil
3. Textos de “Apresentação da Área”: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA BASE NACIONAL COMUM

A Base Nacional Comum é um conjunto de conhecimentos e habilidades essenciais que cada estudante brasileiro tem o direito de aprender a cada etapa da Educação Básica para se desenvolver como pessoa, para o exercício ativo da cidadania e da democracia, para continuar os estudos e se qualificar para o trabalho.

Esses conhecimentos e habilidades essenciais devem estar alinhados com as demandas da sociedade contemporânea e com um projeto de nação, a fim de formar as novas gerações de brasileiros para realizar o seu projeto de vida e contribuir para que o país também alcance as suas aspirações.

O artigo 205 da Constituição Federal (1988), o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o artigo 2 da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) destacam que a finalidade da educação é promover o **pleno desenvolvimento** do educando. Isso significa que a educação brasileira deve contribuir para o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: física, intelectual, social, emocional e simbólica. Assim sendo, é preciso assegurar que a Base Nacional Comum contemple aprendizagens associadas a todas estas dimensões assegurando que a Educação brasileira seja orientada por uma **perspectiva integral**.

Assim, o objetivo da Base é sinalizar percursos formativos para as crianças, adolescentes e jovens ao longo da Educação Básica (compreendida pela Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais e Ensino Médio), capazes de garantir, como parte de seu direito à educação, as seguintes aprendizagens:

Autoconhecimento e autocuidado: desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades; se responsabilizar pelo cuidado à saúde e ao bem-estar próprio e daqueles com quem convive, adotar hábitos saudáveis; reconhecer, expressar e gerir suas emoções, especialmente em situações críticas; dosar seus impulsos e refletir sobre suas atitudes; evitar situações de alto risco; identificar suas potencialidades, possibilidades, perspectivas e preferências, reconhecendo e buscando superar limitações próprias e de seu contexto, para dar realidade a sua vocação na elaboração e consecução de seu projeto de vida pessoal e comunitária;

Sociabilidade: prezar e cultivar o convívio afetivo e social; participar e fruir de práticas sociais, culturais e esportivas de caráter social, afetivo, desportivo e cultural; estabelecer amizades; cultivar o gosto por partilhar sentimentos e emoções; debater ideias e apreciar o humor; se expressar e interagir a partir das linguagens do corpo, da fala, da escrita, das artes, da matemática, das ciências humanas e da natureza, assim como informar e se informar por meio dos vários recursos de comunicação e informação; escutar, compreender, cooperar e colaborar com os demais, respeitando decisões comuns e adaptando-se a situações sociais variadas; criar, desenvolver e manter relações, comunicar ideias e sentimentos, apropriar-se

das linguagens, criar, pactuar e respeitar princípios de convivência; exercitar o conflito para o diálogo livre de coerção, negociar e solucionar conflitos e valorizar a cultura de paz.

Criatividade e Inovação: Capacidade de resolver problemas, ter atitude positiva e curiosa diante de situações e desafios diferentes, ter um olhar diferente sobre a realidade, fazer diferentes associações, ter ideias originais, formular perguntas, descobrir possibilidades diferentes, inventar e se reinventar, utilizar formas diferentes de resolver problemas.

Abertura as diferenças e apreciação da diversidade: fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos; valorizar a cultura local e reconhecer-se como parte dela; reconhecer as diferenças como constituintes do ser humano e reconhecer as diferentes identidades; experimentar vivências, individuais e coletivas, em práticas corporais, intelectuais e culturais nas linguagens, ciências humanas, ciências da natureza e matemática, em situações significativas que promovam a descoberta de preferências e interesses, o questionamento livre, a formação e encantamento pela cultura;

Responsabilidade: fazer escolhas; tomar decisões responsáveis consigo mesmo e com o outro; assumir consequências e agir de forma ética, sustentável e responsável em relação aos outros e ao bem comum, à sua comunidade e ao planeta; participar da vida política do país e perceber-se como pertencente e interdependente em relação aos outros e ao meio social/ambiental e como agente de transformação; promover o cuidado com os ambientes naturais e os de vivência social e profissional, demandando condições dignas de vida e de trabalho para todos; participar ativamente da vida social, cultural e política, de forma solidária, crítica e propositiva, reconhecendo direitos e deveres, identificando e combatendo injustiças, e se disposto a enfrentar ou mediar eticamente conflitos de interesse;

Pensamento Crítico: relacionar os saberes escolares à vida cotidiana, conectando conteúdos e habilidades desenvolvidos no contexto escolar com conteúdos e habilidades desenvolvidos fora da escola (na família, no convívio social, em outros espaços de participação, no território, entre outros) e se basear nesses conhecimentos para a condução da própria vida, nos planos social, cultural, e econômico; desenvolver critérios práticos, éticos e estéticos para mobilizar conhecimentos e se posicionar diante de questões e situações problemáticas de diferentes naturezas, ou para buscar orientação ao diagnosticar, intervir ou encaminhar o enfrentamento de questões de caráter técnico, social ou econômico; refletir, interpretar, investigar, desenvolver o espírito científico, questionar, observar e comparar, analisar ideias e fatos em profundidade, formar opinião, associar conhecimentos, elaborar hipóteses e argumentar com fundamentação se valendo de evidências; situar sua família, comunidade e nação relativamente a eventos

históricos recentes e passados, localizar seus espaços de vida e de origem, em escala local, regional, continental e global, assim como cotejar as características econômicas e culturais regionais e brasileiras com as do conjunto das demais nações; debater e desenvolver ideias sobre a constituição e evolução da vida, da Terra e do Universo, sobre a transformação nas formas de interação entre humanos e com o meio natural, nas diferentes organizações sociais e políticas, passadas e atuais, assim como problematizar o sentido da vida humana e elaborar hipóteses sobre o futuro da natureza e da sociedade; experimentar e desenvolver habilidades de trabalho; se informar sobre condições de acesso à formação profissional e acadêmica, sobre oportunidades de engajamento na produção e oferta de bens e serviços, para programar prosseguimento de estudos ou ingresso ao mundo do trabalho;

Determinação: organizar-se, definir prioridades e metas e perseverar para alcançar seus objetivos, ter motivação, iniciativa, disciplina, dedicação e resiliência para vencer obstáculos, avaliar e assumir riscos controláveis e ter confiança para seguir em frente e realizar projetos pessoais e de interesse coletivo; assumir-se como protagonista, agente, proativo;

A escola não é a única instituição responsável por garantir essas aprendizagens, mas tem um papel importante para que elas sejam asseguradas aos estudantes. E para que possa cumprir esse propósito ao longo da Educação Básica, precisa mobilizar recursos de todas as áreas de conhecimento e de cada um de seus componentes curriculares, de forma articulada e progressiva, compreendendo-se que, em todas as atividades escolares, este conjunto de aprendizagens pode e deve ser observado e intencionalmente desenvolvido.

Além disso, a garantia destas aprendizagens esta diretamente relacionada à efetivação de condições para que os diferentes sujeitos da educação básica – estudantes, professores e demais participantes da vida escolar - possam:

- usar criativa e criticamente os recursos de informação e comunicação;
- vivenciar a cultura como estímulo e provocação e as ciências como permanente convite à dúvida;
- desenvolver múltiplas linguagens como recursos próprios;
- compreender a democracia, a justiça e a equidade como resultados de contínuo envolvimento e participação.

Tais condições se efetivam numa escola que seja ambiente de vivência e produção cultural, de corresponsabilidade de todos com o desenvolvimento de todos, de permanente intercâmbio de questões, informações e propostas com sua comunidade, reconhecida como protagonista social e cultural.

Na Educação Infantil, uma escola que apresente tais características requer a constituição de um ambiente acolhedor, em que os cuidados e o convívio promovam a socialização, o estabelecimento de vínculos afetivos e de confiança, juntamente com atividades que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento. Para isso, levando-se em conta as diferentes culturas locais, é essencial criar situações em que o brincar em suas diversas manifestações seja contexto promotor do conhecimento de si, do outro e do mundo, em interações amistosas e nas quais se cultivem os cuidados consigo mesmo e com o outro, se promovam atitudes de curiosidade, questionamento, investigação e encantamento.

Nos primeiros anos do Ensino Fundamental, em continuidade à Educação Infantil, ao lado do acolhimento integral à criança e do apoio a sua socialização, a alfabetização e a introdução aos conhecimentos sistematizados pelas diferentes áreas do conhecimento deve se dar em articulação com atividades lúdicas, como brincadeiras e jogos, artísticas, como o desenho e o canto, e científicas, como a exploração e compreensão de processos naturais e sociais.

Nos anos finais de Ensino Fundamental, a dimensão lúdica das práticas pedagógicas adquire outras características, em consonância com as mudanças de interesse próprias da transição para a adolescência. Nesta etapa, deve-se explorar o exercício da criatividade, da participação e da autoria. Criar um espaço fértil para as escolhas e interesses dos estudantes e apoiar a construção dos seus projetos de vida na perspectiva do desenvolvimento da sua autonomia são elementos fundamentais para uma proposta de educação voltada para esta faixa etária. Assim, as características e demandas específicas do desenvolvimento dos adolescentes devem ser o elo dos vários componentes curriculares. Ademais, nesta etapa há a inserção de novos componentes curriculares, a cargo de diversos professores, o que requer que o compromisso com o desenvolvimento integral dos estudantes seja compartilhado e oriente a articulação entre as áreas, em contraposição à tradicional compartimentação estéril do conhecimento. Para isso, demanda-se uma articulação interdisciplinar consistente, considerando a convergência entre temáticas pertinentes às diferentes áreas do conhecimento - literárias, históricas, geográficas, científicas -, em diálogo com os interesses, escolhas e desafios vividos pelos estudantes.

No âmbito do Ensino Médio, novas características e necessidades formativas se apresentam e precisam ser reconhecidas. Nesta fase, que marca a etapa inicial da juventude, é fundamental conferir centralidade a experiências e percursos que permitam aos estudantes construir seu posicionamento diante da realidade, definir seu lugar como atores sociais e fazerem escolhas alinhadas com seu projeto de vida e comprometidas eticamente com o mundo. Dado o número ainda maior de componentes curriculares, a articulação interdisciplinar é igualmente fundamental no Ensino Médio e deve se orientar fundamentalmente para o desenvolvimento da autonomia e responsabilidade pessoal e social dos estudantes e para a constituição dos

elementos necessários à continuidade do seu percurso após a Educação Básica, seja ele profissional e/ou acadêmico.

Na Base Nacional Comum, o compromisso com a garantia de uma formação integral se expressa na articulação entre as áreas do conhecimento e etapas de escolarização. Essa **articulação é fundamental** e deve zelar pela superação da divisão acadêmica tradicional. Isso significa que as áreas e componentes curriculares não se justificam *per se*, mas devem ser compreendidas a partir da sua **contribuição formativa** e se integrar a partir do objetivo comum de que as crianças, adolescentes e jovens brasileiros se apropriem de diferentes linguagens, sejam capazes de reconhecer e interpretar fenômenos e processos naturais, sociais e culturais, de enfrentar problemas práticos, argumentar, tomar decisões individual e coletivamente e constituir seus projetos de vida.

Desta forma, alicerçado pelos principais marcos legais da educação brasileira, o **Desenvolvimento Integral** dos estudantes se constitui como a essência da proposta formativa da Base Nacional Comum e, portanto, o **elo** que integra e para o qual convergem todas as áreas e componentes curriculares.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM

A Educação Infantil em nosso país, nas últimas décadas, vem construindo uma nova concepção sobre como educar e como cuidar de crianças de zero a cinco anos em instituições educacionais. Essa concepção deve buscar romper com dois modos de atendimento fortemente marcados na história: o assistencialista, que desconsidera a especificidade educativa das crianças dessa faixa etária, e o escolarizante, que se orienta, equivocadamente, por práticas fragmentadas, voltadas apenas para o desenvolvimento intelectual.

Nesse sentido, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o Desenvolvimento Integral, progressivo e contínuo das crianças, desde o seu nascimento até os 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI - Resolução CNE/CEB nº. 05/09, artigo 4º) definem a criança como um sujeito histórico e de direitos, que brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sobre a sociedade, produzindo cultura. O reconhecimento desse potencial aponta para o direito de as crianças terem acesso a processos de apropriação, de renovação e de articulação de saberes e conhecimentos, como requisito para a formação humana, para a participação social e para a cidadania, desde seu nascimento até os 5 (cinco) anos. Além disso, é imprescindível que as instituições educativas atuem de forma integrada e complementar às famílias, à comunidade e ao poder público, a fim de assegurar o direito das crianças à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à cultura, às artes, à brincadeira, à convivência e à interação com outros/as meninos/as.

O posicionamento em relação aos processos pedagógicos nessa etapa parte da concepção de que a construção de conhecimentos pelas crianças nas unidades de Educação Infantil, urbanas e do campo, efetiva-se pela sua participação, incluindo-se a cooperação e a colaboração em diferentes brincadeiras e práticas cotidianas, nas quais interagem com parceiros adultos e companheiros de idade, as quais estão relacionadas tanto ao educar como ao cuidar, práticas indissociáveis na Educação Infantil.

Nesse processo, é necessário reconhecer dois pontos. O primeiro diz respeito ao modo como as crianças pequenas se relacionam com o mundo, a especificidade dos recursos que utilizam, tais como a corporeidade, as linguagens, a emoção. É crucial a um trabalho na Educação Infantil entender essa forma relacional e afetiva, muito ligada à vivência pessoal, em que se utilizam reduzidas categorias para assinalar o que se conhece. Nessa etapa, as crianças estão em fase de exploração, reconhecimento e compreensão sobre o seu próprio corpo, sentimentos, desejos, potencialidades e limites, e reagem ao mundo fortemente guiadas por suas emoções. Dessa maneira, buscam conhecer diferentes pessoas, adultos e crianças, e adquirem maior autonomia para agir nas brincadeiras e práticas cotidianas que envolvem as tarefas de alimentação e de higiene, na integração do educar e do cuidar, interagindo e se comunicando a partir das diferentes linguagens que estão ao seu alcance,

como a verbal e a corporal. Nesse período etário, mais do que em qualquer outro, as interações e as brincadeiras, em especial as de faz de conta, são os principais mediadores das aprendizagens da criança e se fazem presentes em todo o tipo de situação: nas explorações de diferentes objetos, materiais, ambientes e elementos da natureza, no reconhecimento dos comportamentos dos parceiros (crianças e adultos), no acompanhamento de uma apresentação musical ou de uma história sendo contada, na comunicação de suas ideias e necessidades.

O segundo ponto chama a atenção para o reconhecimento de que o conjunto dos discursos e das práticas cotidianas vivenciados nas instituições educacionais conforma um contexto que atua nos modos como as crianças e os adultos vivem, aprendem e são subjetivados, desde o nascimento, com fortes impactos para sua própria imagem e para o modo como se comunicam e se relacionam com os demais e superam conflitos. Em função disso, o foco do trabalho pedagógico deve incluir a formação pela criança de uma autoimagem positiva e uma visão plural de mundo e de um olhar que respeite as diferenças individuais, incluindo-se as diversidades culturais, étnico-raciais, de gênero, de classe social das pessoas, apoiando as peculiaridades das crianças com deficiência, com altas habilidades/superdotação e com transtornos de desenvolvimento. Dessa maneira, pode-se estimular as crianças a ter consciência e sensibilidade em relação a sentimentos, ideias e necessidades, seus e dos outros, e, assim, favorecer o respeito aos princípios de convivência e valorizar a cultura de paz.

Esses pontos, juntamente com a curiosidade natural dessa faixa etária, guiam o modo de as crianças conhecerem o mundo social e físico e se apropriarem das diferentes linguagens e tecnologias que aí circulam e podem ajudá-las a desenvolver atitudes de solidariedade, de respeito aos demais e de sustentabilidade da vida na Terra. Para isso, elas precisam imergir nas diferentes situações que se apresentam, pesquisar características, tentar soluções, interpretar, perguntar e responder a parceiros diversos, formular hipóteses e argumentos, articulando os conhecimentos, em um processo que é muito mais ligado às possibilidades abertas pelas interações infantis do que a um roteiro de ensino previamente preparado pelo/a professor/a. Daí que o currículo na Educação Infantil acontece na articulação dos saberes e das experiências das crianças com o conjunto de conhecimentos já sistematizados pela humanidade, ou seja, os patrimônios cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico (DCNEI, Art. 3º).

Essas considerações fundamentam os três princípios que devem guiar o projeto pedagógico da unidade de Educação Infantil propostos nas DCNEI (Resolução CNE/CEB 05/09, artigo 6º):

- **éticos** (autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito ao bem-comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades);
- **políticos** (direitos de cidadania, exercício da criticidade, respeito à ordem democrática);
- **estéticos** (sensibilidade, criatividade, ludicidade, liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais).

Tais princípios embasam a organização dos espaços, os temas, as metodologias e as relações que constituem o modo de gestão das turmas e das unidades e a programação dos ambientes no dia a dia da unidade de Educação Infantil.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerando as formas pelas quais meninos e meninas aprendem, ou seja, convivendo, brincando, participando, explorando, comunicando e conhecendo-se, seis grandes direitos de aprendizagem devem ser garantidos às crianças na Educação Infantil. Esses direitos decorrem daqueles apresentados nos princípios orientadores para a elaboração da Base, considerando as especificidades das crianças atendidas pela educação infantil, principalmente em relação às suas idades. São eles:

- CONVIVER democraticamente, com outras crianças e adultos, com eles interagir, utilizando diferentes linguagens, e ampliar o conhecimento e o respeito em relação à natureza, às culturas, às singularidades e às diferenças entre as pessoas;
- BRINCAR cotidianamente de diversas formas e com diferentes parceiros, interagindo com as culturas infantis, construindo conhecimentos e desenvolvendo sua imaginação, sua criatividade, suas capacidades emocionais, motoras, cognitivas e relacionais;
- PARTICIPAR, com protagonismo, tanto no planejamento como na realização das atividades recorrentes da vida cotidiana, na escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo linguagens e elaborando conhecimentos;
- EXPLORAR o corpo, movimentos, gestos, sons, palavras, histórias, livros e objetos, elementos da natureza e do ambiente urbano e do campo, interagindo com diferentes grupos e ampliando seus saberes e linguagens;
- COMUNICAR, com diferentes formas de expressão, linguagens, opiniões, sentimentos e desejos, pedidos de ajuda, narrativas de experiências, registros de vivências e de conhecimentos, ao mesmo tempo em que aprende a compreender o que os outros lhe comunicam, utilizando diversas estratégias de comunicação;
- CONHECER-SE e começar a construir sua identidade pessoal e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento nas diversas interações e brincadeiras vivenciadas na instituição de Educação Infantil, reconhecendo limites, potências, desejos e interesses, pessoais e do outro.

A organização de tais direitos em campos de experiências pode favorecer o desenvolvimento integral das crianças, desenvolvendo sua atitude curiosa e positiva diante de novas situações e desafios, permitindo que elas tenham ideias originais e um novo olhar sobre a realidade, com liberdade e criatividade para descobrir novas possibilidades e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam.

Além disso, considera-se que as DCNEI investem na criança como sujeitos curiosos e investigadores, que exploram o mundo de diversas formas, construindo saberes, se apropriando e produzindo cultura. Assim, tendo em vista que a linguagem escrita é uma das múltiplas linguagens que fazem parte do contexto sociocultural em que as crianças se inserem, dado que a língua escrita está em toda parte, esta também se configura como fonte de curiosidade, exploração, indagação e construção de saberes. Nesse sentido, a Educação Infantil deve promover situações significativas e planejadas em relação à cultura letrada e à cultura infantil, favorecendo o contato com gêneros discursivos diversos, jogos e brincadeiras com a linguagem, poesia oral e literatura. Promove-se, assim, o contato das crianças com a leitura e a escrita, e o farão a partir de suas descobertas, hipóteses e exploração, em situações de jogos e brincadeiras com a linguagem. Trata-se, portanto, de brincar com as palavras, garantindo-se a exploração da linguagem como parte da exploração do mundo.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para atender a esses objetivos, devem ser criadas **experiências de aprendizagem**, ou seja, experiências concretas na vida cotidiana que levam à aprendizagem da cultura, pelo convívio no espaço coletivo, e à produção de narrativas, individuais e coletivas, por meio de diferentes linguagens, como colocam as DCNEI (Parecer CNE/CEB nº 20/09).

As diversas possibilidades de experiências que as crianças podem usufruir, na unidade de Educação Infantil e citadas no parecer acima, não ocorrem de modo isolado ou fragmentadas, mas são promovidas por um conjunto de práticas que articulam os saberes e os fazeres das crianças com os conhecimentos já sistematizados pela humanidade. Daí a proposta do arranjo curricular para a Educação Infantil na Base Nacional Comum se dar em **Campos de Experiências**, conjuntos formados considerando alguns pontos de convergência entre os elementos que os orientam.

Os Campos de Experiências incluem determinadas práticas sociais e culturais de uma comunidade e as múltiplas linguagens simbólicas que nelas estão presentes. Constituem-se como forma de organização curricular adequada a esse momento da educação da criança de até 6 anos, quando certos conhecimentos, trabalhados de modo interativo e lúdico, promovem a apropriação por elas de conteúdos relevantes. Os campos potencializam experiências de distintas naturezas, dadas a relevância e a amplitude dos desafios que uma criança de 0 a 6 anos enfrenta em seu processo de viver, de compreender o mundo e a si mesma.

Os Campos de Experiência colocam, no centro do projeto educativo, as interações, as brincadeiras e as situações de alimentação, higiene e cuidado pessoal de onde emergem as observações, os questionamentos, as investigações e outras ações das crianças articuladas com as proposições trazidas pelos/as professores/as. Cada um deles oferece às crianças a

oportunidade de interagir com pessoas, com objetos, com situações, atribuindo-lhes um sentido pessoal. Os conhecimentos aí elaborados, reconhecidos pelo/a professor/a como fruto das experiências das crianças, são por ele/a mediados para qualificar e para aprofundar as aprendizagens feitas.

Na perspectiva da integração entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, os campos de experiências – organização interdisciplinar, por excelência – fundamentam importantes processos das crianças que terão continuidade e progressão nas demais etapas da Educação Básica, quando serão tratados em Áreas de Conhecimento da Base Nacional Comum (Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática) e respectivos componentes curriculares. Assim, tanto os campos de experiências não são nomeados como áreas de conhecimento, quanto as aquisições ocorridas não são apontadas em termos de domínio de conceitos, mas como capacidades construídas pela participação da criança em situações significativas.

LINGUAGEM – Em todos os campos de experiências da Educação Infantil, os vários tipos de linguagem estão presentes: a verbal, a escrita, a corporal, a musical, a visual etc. As linguagens, de grande complexidade e constituidoras de subjetividade humana, são instrumentos de expressão, de representação, de interação, de comunicação, de pensamento, de apreciação estética, de construção de conhecimentos, além de se configurarem também como um campo de conhecimentos.

MATEMÁTICA – O conhecimento matemático se anuncia em todos os campos de experiências da Educação Infantil como integrante do movimento, do olhar sobre o mundo, do ritmo sonoro, do desenho, da pintura, da métrica da poesia, nos compassos da dança e das canções, além de orientar as explorações, as construções, as brincadeiras com o corpo no espaço, as medidas, as contagens propriamente ditas, fazendo parte de narrativas e de outros gêneros textuais.

CIÊNCIAS HUMANAS – Os conhecimentos produzidos pelas Ciências Humanas alimentam e ajudam a criança na Educação Infantil a elaborar um conhecimento de si e do outro, a reconhecer as diferenças entre as pessoas, a construir a identidade pessoal e coletiva, a compreender os significados presentes na língua materna e nas diferentes linguagens das manifestações artísticas e culturais, assim como as regras que orientam as ações humanas e a tecnologia. Tais conhecimentos ajudam as crianças a se localizarem nos tempos e espaços e proporcionam narrativas para a construção de sentido sobre si mesmas e sobre a sociedade.

CIÊNCIAS DA NATUREZA – As explorações e as elaborações acerca dos fenômenos estudados pelas Ciências da Natureza são alimentadas pela curiosidade das crianças que, por meio de diferentes linguagens, podem alcançar um conhecimento de si e do ambiente em que vivem, dos fenômenos físicos e das relações entre os seres vivos, das mudanças produzidas pelas ações do homem e da necessidade de cuidado com o meio ambiente etc. O conhecimento da natureza, por meio de diferentes linguagens da Biologia, da Química e de outras ciências, possibilita a construção de compromisso com sua sustentabilidade.

Os Campos de Experiências e seus objetivos de aprendizagem, apresentados a seguir, deverão orientar o planejamento curricular dos sistemas de ensino e das unidades de Educação Infantil. Como as aprendizagens configuram uma proposta integradora, nesse momento, não estarão especificadas por etapa creche e pré-escola, garantindo-se a integralidade da Educação Infantil.

Assim, preservando as especificidades das crianças de até seis anos, os Campos de Experiências e os Objetivos de Aprendizagem em relação a cada um deles são:

ATÉ 6 ANOS

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: O EU, O OUTRO E O NÓS

» As crianças vão se constituindo como alguém com um modo próprio de agir, de sentir e de pensar na interação com outras crianças e adultos. Conforme vivem suas primeiras experiências na coletividade, elaboram perguntas sobre si e os demais, aprendendo a se perceberem e a se colocarem no ponto de vista do outro, a se oporem ou concordarem com seus pares, entendendo os sentimentos, os motivos, as ideias e o cotidiano dos demais parceiros. Conhecer outros grupos sociais, outros modos de vida, por meio de narrativas, de contatos com outras culturas, amplia o modo de perceber o outro e desfaz estereótipos e preconceitos. Ao mesmo tempo em que participam das relações sociais e dos cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado.

» EIEONOA001 Conviver com crianças e adultos em pequenos e grandes grupos, percebendo e valorizando as diferenças individuais e coletivas existentes, aprendendo a lidar com conflitos e a respeitar as diferentes identidades e culturas.

» EIEONOA002 Brincar com diferentes parceiros e envolver-se em variadas brincadeiras, como as exploratórias, as de construção, as tradicionais, as de faz de conta e os jogos de regras, de modo a construir o sentido do singular e do coletivo, da autonomia e da solidariedade.

» EIEONOA003 Explorar materiais, brinquedos, objetos, ambientes, entorno físico e social, identificando suas potencialidades, limites, interesses e desenvolver sua sensibilidade em relação aos sentimentos, às necessidades e às ideias dos outros com quem interage.

» EIEONOA004 Participar ativamente das situações do cotidiano, tanto daquelas ligadas ao cuidado de si e do ambiente, como das relativas às atividades propostas pelo/a professor/a, aprendendo a respeitar os ritmos, os interesses e os desejos das outras crianças.

» EIEONOA005 Comunicar às crianças e/ou adultos suas necessidades, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, oposições, utilizando diferentes linguagens de modo autônomo e criativo e empenhando-se em entender o que eles lhe comunicam.

» EIEONOA006 Conhecer-se e construir uma identidade pessoal e cultural de modo a constituir uma visão positiva de si e dos outros com quem convive, valorizando suas próprias

características e as das outras crianças e adultos, superando visões racistas e discriminatórias.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

» O corpo, no contato com o mundo, é essencial na construção de sentidos pelas crianças, inclusive para as que possuem algum tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Por meio do tato, do gesto, do deslocamento, do jogo, da marcha, dos saltos, as crianças expressam-se, percebem, interagem, emocionam-se, reconhecem sensações, brincam, habitam espaços e neles se localizam, construindo conhecimento de si e do mundo.

» EICGMOA001 Conviver com crianças e adultos em espaços diversos e vivenciar movimentos e gestos que marcam sua cultura, utilizando seu corpo com liberdade e autonomia.

» EICGMOA002 Brincar, utilizando criativamente práticas corporais para realizar jogos e brincadeiras e para criar e representar personagens no faz de conta, no reconto de histórias, em danças e dramatizações.

» EICGMOA003 Explorar um amplo repertório de mímicas, gestos, movimentos com o corpo, podendo apoiar-se no uso de bolas, pneus, arcos, descobrindo variados modos de ocupação e de uso do espaço com o corpo.

» EICGMOA004 Participar, de modo ativo, de diversas atividades que envolvem o corpo e de atividades de cuidados pessoais, reconhecendo-o, compreendendo suas sensações e necessidades e desenvolvendo autonomia para cuidar de si.

» EICGMOA005 Comunicar corporalmente sentimentos, emoções e representações em diversos tipos de atividades, como no reconto oral de histórias, em danças e dramatizações, nos momentos de banho e de outros cuidados pessoais.

» EICGMOA006 Conhecer-se, reconhecendo, nomeando e valorizando suas características pessoais e corporais e as das outras crianças e adultos, suas capacidades físicas, suas sensações, suas necessidades.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

» Desde o nascimento, as crianças são atraídas e se apropriam da língua materna em situações comunicativas cotidianas com pessoas de diferentes idades com quem interagem em diversificadas situações. A gestualidade, o movimento exigido nas brincadeiras e nos jogos corporais, a aquisição da linguagem verbal (oral e escrita) ou da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) potencializam tanto a comunicação quanto a organização do pensamento das crianças e sua participação na cultura. Na pequena infância, a aquisição e o domínio da

linguagem verbal está vinculada à constituição do pensamento, à fruição literária, sendo também instrumento de apropriação dos demais conhecimentos.

» EIEFPOA001 Conviver com crianças, jovens e adultos usuários da sua língua materna, de LIBRAS e de outras línguas e ampliar seu conhecimento sobre a linguagem gestual, oral e escrita, apropriando-se de diferentes estratégias de comunicação.

» EIEFPOA002 Brincar, vocalizando ou verbalizando, com ou sem apoio de objetos, fazendo jogos de memória ou de invenção de palavras, usando e ampliando seu repertório verbal.

» EIEFPOA003 Explorar gestos, expressões corporais, sons da língua, rimas, além dos significados e dos sentidos das palavras nas falas, parlendas, poesias, canções, livros de histórias e outros gêneros textuais, aumentando gradativamente sua compreensão da linguagem verbal.

» EIEFPOA004 Participar ativamente de rodas de conversas, de relatos de experiências, de contação de histórias, elaborando narrativas e suas primeiras escritas não convencionais ou convencionais, desenvolvendo seu pensamento, sua imaginação e as formas de expressá-los.

» EIEFPOA005 Comunicar desejos, necessidades, pontos de vista, ideias, sentimentos, informações, descobertas, dúvidas, utilizando a linguagem verbal ou de LIBRAS, entendendo e respeitando o que é comunicado pelas demais crianças e adultos.

» EIEFPOA006 Conhecer-se e construir, nas interações, variadas possibilidades de ação e de comunicação com as demais crianças e com adultos, reconhecendo aspectos peculiares a si e aos de seu grupo de pertencimento.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: TRAÇOS, SONS, CORES E IMAGENS

» As crianças constituem sua identidade pessoal e social nas interações com diversos atores sociais, aprendendo a se expressar por meio de múltiplas linguagens no contato com manifestações culturais locais e de outros países. Daí ser importante que, desde bebês, as crianças tenham oportunidades de explorar diferentes materiais, recursos tecnológicos e de multimídia, realizando suas produções com gestos, sons, traços, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, de modo singular, inventivo e prazeroso, desenvolvendo sua sensibilidade.

» EITSCOA001 Conviver e elaborar produções com as linguagens artísticas junto com os colegas, valorizando a produção destes e com eles fruindo manifestações culturais de sua comunidade e de outros lugares, desenvolvendo o respeito às diferentes culturas, às identidades e às singularidades.

» EITSCOA002 Brincar com diferentes sons, ritmos, formas, cores, texturas, materiais sem forma, imagens, indumentárias e adereços, construindo cenários para o faz de conta.

» EITSCOA003 Explorar variadas possibilidades de usos e combinações de materiais, recursos tecnológicos, instrumentos etc., utilizando linguagens artísticas para recriar, a seu modo, manifestações de diferentes culturas.

» EITSCOA004 Participar da organização de passeios, festas, eventos e da decoração do ambiente, da escolha e do cuidado do material usado na produção e na exposição de trabalhos, utilizando diferentes linguagens que possibilitem o contato com manifestações do patrimônio cultural, artístico e tecnológico.

» EITSCOA005 Comunicar, com liberdade, com criatividade e com responsabilidade, seus sentimentos, necessidades e ideias, por meio das linguagens artísticas.

» EITSCOA006 Conhecer-se, experimentando o contato criativo e prazeroso com manifestações artísticas e culturais, locais e de outras comunidades, desenvolvendo sua sensibilidade, criatividade, gosto pessoal e modo peculiar de expressão.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

» As crianças são curiosas e buscam compreender o ambiente em que vivem, suas características, suas qualidades, os usos e a procedência de diferentes elementos com os quais entram em contato, explicando o "como" e o "porquê" das coisas, dos fenômenos da natureza e dos fatos da sociedade. Para tanto, em suas práticas cotidianas, elas aprendem a observar, a medir, a quantificar, a estabelecer comparações, a criar explicações e registros, criando uma relação com o meio ambiente, com a sustentabilidade do planeta, com os conhecimentos tradicionais e locais, além do patrimônio científico, ambiental e tecnológico.

» EIETQOA001 Conviver e explorar, com seus pares, diferentes objetos e materiais que tenham diversificadas propriedades e características físicas e, com eles, identificar, nomear, descrever e explicar fenômenos observados.

» EIETQOA002 Brincar com indumentárias, com acessórios, com objetos cotidianos associados a diferentes papéis ou cenas sociais e com elementos da natureza que apresentam diversidade de formas, texturas, cheiros, cores, tamanhos, pesos, densidades e possibilidades de transformação.

» EIETQOA003 Explorar as características de diversos elementos naturais e objetos, tais como tamanho, forma, cor, textura, peso, densidade, luminosidade, funcionalidade, procedência e utilidade, reagrupando-os e ordenando-os segundo critérios diversos, além de explorar situações sociais cotidianas, reais ou da fantasia, identificando participantes, seus pontos de vista e possíveis conflitos.

» EIETQOA004 Participar da resolução de problemas cotidianos que envolvam quantidades, medidas, dimensões, tempos, espaços, comparações, transformações, buscando explicações, levantando hipóteses.

» EJETQOA005 Comunicar aos/às colegas suas impressões, observações, hipóteses, registros e explicações sobre objetos, organismos vivos, personagens, acontecimentos sociais, fenômenos da natureza, preservação do ambiente.

» EJETQOA006 Conhecer-se e construir sua identidade pessoal e cultural, identificando seus próprios interesses na relação com o mundo físico e social, convivendo e conhecendo os costumes, as crenças e as tradições de seus grupos de pertencimento.

Para finalizar, cabe ao sistema educacional garantir as condições necessárias ao trabalho pedagógico na Educação Infantil: a organização de espaços que ofereçam às crianças oportunidades de interação, exploração e descobertas; o acesso a materiais diversificados geradores de enredos para as explorações, para as produções e para as brincadeiras infantis e a gestão do tempo, proporcionando uma jornada que lhes dê o tempo necessário para viverem suas experiências cotidianas, valorizando, especialmente, as oportunidades de interações e brincadeiras. Cabe-lhe, ainda, prover subsídios para pensar formas de acompanhamento e de avaliação do trabalho com as crianças no que se refere ao que aqui foi exposto.

3. TEXTOS DE "APRESENTAÇÃO DA ÁREA": LINGUAGENS, MATEMÁTICA, CIÊNCIAS DA NATUREZA E CIÊNCIAS HUMANAS.

3.1. A ÁREA DE LINGUAGENS

A área de Linguagens trata dos conhecimentos relativos à atuação dos sujeitos em **práticas de linguagem**, em variadas esferas da comunicação humana, das mais cotidianas às mais formais e elaboradas, em diferentes espaços sociais no mundo contemporâneo. Esses conhecimentos possibilitam mobilizar e ampliar recursos expressivos, para construir sentidos com o outro, em diferentes campos de atuação. Propiciam, ainda, compreender como o ser humano se constitui como sujeito e como age no mundo social em interações mediadas por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos. Desta forma, a apropriação de tais conhecimentos possibilita a circulação por diferentes formas de comunicação, tanto para expressão pessoal, quanto para reconhecimento do outro, garantindo a possibilidade de desenvolvimento de competências fundamentais para se posicionar no mundo de forma crítica e criativa e interpretá-lo em dimensões que considerem a diversidade e a heterogeneidade.

Como responsável pela construção de sentidos, oportuniza um constante olhar do indivíduo para si mesmo e para o mundo e permite a articulação de significados coletivos essenciais para a vida em sociedade.

Na Base Nacional Comum, a área de Linguagens reúne quatro componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física. Esses componentes articulam-se na medida em que envolvem experiências de criação, de produção e de fruição de Linguagens. Ler e produzir uma crônica, assistir a um filme ou a uma apresentação de dança, jogar capoeira, fazer uma escultura ou visitar uma exposição de arte são experiências de Linguagem. Concebida como forma de ação e interação no mundo e como processo de construção de sentidos, a Linguagem é, portanto, o elo integrador da área. Essas premissas trazem como um elemento central a perspectiva do respeito à diversidade, considerando-se o caráter dialógico da linguagem e sua relação com a cultura; linguagem aqui entendida como produto e, ao mesmo tempo, como produtora de cultura.

A utilização do termo **linguagens**, no plural, aponta para a abrangência do aprendizado na área, que recobre não apenas a Linguagem verbal, mas as Linguagens musical, visual e corporal. A integração dos quatro componentes em uma área também busca romper com uma lógica de organização escolar que reforça certa dissociação e hierarquia entre as linguagens, considerando que, na vida social, os sentidos de textos, objetos e obras são construídos a partir da articulação de vários recursos expressivos e fazem parte de uma área em que capacidades importantes para o Desenvolvimento Integral do ser humano têm espaço privilegiado, tais como a atuação criativa e inovadora, assim como o posicionamento crítico, responsável e a capacidade de se colocar no lugar do outro de forma empática e tolerante.

A vida em sociedade requer que os sujeitos se apropriem dos sistemas de representação e de repertórios historicamente construídos, principalmente em uma sociedade marcada pelo excesso de informações. Assim, cabe à área de Linguagens uma importante tarefa da Educação Básica, que é transversal a todos os componentes: garantir o domínio da escrita, que envolve a alfabetização, entendida como compreensão do sistema de escrita alfabético-ortográfico, e o domínio progressivo das convenções da escrita, para ler e produzir textos em diferentes situações de comunicação. A tarefa do **letramento**, que diz respeito à condição de participar das mais diversas práticas sociais permeadas pela escrita, abrange a construção de saberes múltiplos que permitam aos/às estudantes atuarem nas modernas sociedades tecnológicas, cada vez mais complexas também em relação às suas formas de comunicação. Essa atuação requer autonomia de leitura nos diversos campos e suportes e preparo para produzir textos em diferentes modalidades e adequados aos propósitos e às situações de comunicação em que os sujeitos se engajam. As situações de práticas de linguagem são ótimas oportunidades para tratar o posicionamento crítico e responsável sobre o que se lê e o que se produz textualmente, garantindo que a leitura e a escrita sejam meios de estar no mundo e atuar sobre ele.

As práticas de compreensão e de produção de texto são constitutivas da experiência de aprender e, portanto, presentes em todas as áreas do conhecimento, não considerando somente as áreas relacionadas aos conteúdos escolares, mas também as diferentes dimensões que envolvem o dia a dia dos seres humanos. É por meio das Linguagens que acessamos diferentes conhecimentos e as diferentes formas de conhecer. Por isso, cabe à área de Linguagens assegurar o direito à formação de sujeitos leitores e produtores de textos que transitem com confiança pelas formas de registro dos diversos componentes curriculares, salvaguardando suas singularidades, e pelas práticas de Linguagem que se dão no espaço escolar, tais como: participar de um debate sobre transgênicos, opinar criticamente sobre um documentário ou uma pintura, interagir com hipertextos da *Web*, buscar soluções para um problema ambiental no seu entorno, dentre outras e inúmeras possibilidades, não perdendo de vista as práticas de leitura e escrita presentes nos cotidianos dos diferentes grupos sociais de maneira a democratizar seu acesso e apropriação.

É também importante tarefa da área a garantia do direito de experimentar, criar, fruir, se posicionar e usufruir da vivência de diferentes manifestações artísticas, literárias e corporais, possibilitando o encontro com nossa diversidade linguística e cultural e ampliando a relação dos sujeitos com as culturas locais e universais, numa perspectiva de respeito aos princípios de convivência e de valorização da cultura de paz. O trabalho reflexivo com as diversas situações de leitura, produção, criação e fruição busca promover a compreensão de que há diferentes percepções, representações e entendimentos sobre a realidade, que incluem relações de poder, valores, responsabilidades, interesses pessoais e institucionais configurados pelas linguagens, possibilitando, assim, o desenvolvimento da escuta e da compreensão a fim de refletir sobre o que se está vivendo, de forma a cooperar e colaborar com os demais, respeitando decisões comuns e adaptando-se a situações sociais variadas, desenvolvendo a capacidade de criar, desenvolver e manter relações, comunicar ideias e

sentimentos para questionar, experimentar de outro modo, expressar, escolher e negociar de maneira mais confiante.

A participação em um mundo ampliado pelo acesso às tecnologias contemporâneas, as características multiculturais do Brasil e os contatos crescentes com pessoas de outras formações socioculturais e nacionalidades requer conhecimento de diferentes idiomas. Cabe à área de Linguagens oferecer oportunidades de vivências significativas com culturas e línguas adicionais e conhecimentos necessários, para que os/as estudantes possam se envolver em interações com textos em outra(s) língua(s) e, gradativamente, integrar-se em realidades marcadas pelo plurilinguismo e pela diversidade, respeitando e valorizando as diferenças em todas as suas manifestações.

Os conhecimentos de cada componente curricular da área de Linguagens serão abordados, a partir de sua relevância para a expressão e a interação entre sujeitos, considerando-se as necessidades da vida em sociedade. A teorização e a reflexão crítica em torno e a partir desses conhecimentos são realizadas não como fim, mas como meio para uma compreensão mais aprofundada dos modos de se expressar e de participar no mundo e estarão presentes nas diferentes etapas da Educação Básica, com diferentes graus de complexidade e elaboração, levando-se em conta cada contexto de atuação.

Os critérios que definem a progressão do conhecimento da área de Linguagens nas diferentes etapas da escolarização resultam, assim, da relação entre os textos ou elementos pertinentes às linguagens da Arte e da Educação Física e as características e contextos de atuação dos sujeitos da Educação Básica: de esferas sociais mais familiares para as menos familiares; de temáticas mais cotidianas para as mais raras; de gêneros mais corriqueiros aos menos frequentes; de elementos mais simples aos mais complexos; da variação na complexidade com que as experiências são vividas pelos sujeitos.

O trabalho com cada um dos componentes curriculares que compõem a área deve, portanto, possibilitar a compreensão de si mesmo e do mundo em que vivemos com vistas a acolher a pluralidade e a dinamicidade das práticas linguísticas, artísticas e culturais, considerando a relevante perspectiva de integração nesta área comum. Determinadas problemáticas do mundo contemporâneo e alguns temas são particularmente relevantes, para construir a relação dos conhecimentos, na área de Linguagens, com a participação cidadã, tais como: identidades e interculturalidades, modos e processos de subjetivação, tecnologias de informação e comunicação, ciências, culturas e patrimônio, relações étnico-raciais, ambiente e sustentabilidade, lazer e trabalho.

Considerando que o Desenvolvimento Integral é o elo integrador da Base Nacional Comum, em síntese, a proposta formativa específica da área de Linguagens estimula o desenvolvimento da sociabilidade e a apropriação de diferentes formas de comunicação e de expressão; estimula o pensamento crítico, a criatividade, a abertura às diferenças e apreciação da diversidade. Uma vez que a Linguagem é uma forma de ação e interação no mundo, o processo formativo na área promove a capacidade de dialogar, desenvolver e manter relações, negociar e solucionar conflitos e buscar a flexibilidade e acolhimento de

ideias, opiniões, valores e crenças diferentes dos seus. Dominar as Linguagens contribui para uma atuação mais criativa, inovadora e responsável no mundo, aprofunda o pensamento crítico e prepara o/a estudante para se posicionar como agente de transformação.

OBJETIVOS GERAIS DA ÁREA DE LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A área de Linguagens visa a assegurar uma formação que possibilite ao/à estudante:

- interagir com práticas de linguagem em diferentes modalidades, na perspectiva de sua recepção e produção, de modo a ampliar, gradativamente, o repertório de gêneros e de recursos comunicativos e expressivos;
- reconhecer as condições de produção das práticas de linguagens (quem, o quê, por quem, para quê, para quem, em que suporte, modo de circulação), materializadas na oralidade, na escrita, nas linguagens artísticas e na cultura corporal do movimento;
- refletir sobre os usos das linguagens e os efeitos de sentido de diferentes recursos expressivos, levando em conta as condições de recepção e produção;
- compreender a diversidade de manifestações linguísticas, artísticas e de práticas corporais como construções sociais e culturais, relacionando-as com ideologias e relações de poder;
- interagir com o outro, usando expedientes comunicativos e expressivos nas diversas práticas sociais de modo crítico, autoral e criativo;
- reconhecer a dimensão poética e estética como constitutiva das linguagens, apreciando a cultura, a arte e a língua como patrimônios.

ÁREA DE MATEMÁTICA

Cada vez mais, os conhecimentos matemáticos tornam-se imprescindíveis para as diversas ações humanas, das mais simples às mais complexas, o que faz com que a Matemática assuma um papel fundamental para o pleno acesso dos sujeitos à cidadania.

Para contemplar todos os propósitos formativos associados à Matemática na Educação Básica na Base Nacional Comum, é fundamental compreendê-la como área de conhecimento, o que significa entender que, associado à Matemática, há um conjunto de conhecimentos que não se restringem a tópicos disciplinares, mas que incluem capacidades importantes para promover o Desenvolvimento Integral dos/as estudantes, fornecendo-lhes conhecimentos para analisar, compreender e interpretar a realidade em que se inserem.

O desenvolvimento desta área ao longo do tempo tem ocorrido por meio das relações que o ser humano estabelece com a sociedade em que vive, a partir de problemas que geram a busca por novas respostas, novas explicações a fenômenos até então desconhecidos,

favorecendo avanços de todos os tipos. A Matemática pode ser vista também como fonte de modelos para os fenômenos científicos e sociais, porque estes ampliam a capacidade de entender, julgar, produzir e utilizar matemática em uma grande variedade de contextos e situações nas quais ela se mostra relevante.

Na proposta da Base, espera-se que a Matemática favoreça o desenvolvimento de pessoas matematicamente competentes, capazes de realizar intervenções na realidade, por meio da compreensão de problemas e situações da sociedade em que estão inseridos. Para isso, deve desenvolver capacidades de enfrentar e resolver problemas, além dos raciocínios matemáticos e da comunicação matemática, aspectos essenciais a se considerar na elaboração dos objetivos de aprendizagem. Essas aprendizagens estão interligadas, mas têm focos específicos no Desenvolvimento Integral dos alunos.

O processo de resolução de problemas é atividade central na aprendizagem de matemática. Identificar problemas e desenvolver soluções para eles favorece não apenas a articulação e o refinamento do pensamento, mas também a identificação de diferentes perspectivas de enfrentar uma dada situação, o que favorece a reflexão e valorização de formas pessoais de resolução, a criatividade, compreensão de diferentes pontos de vista e o ajuste consciente de suas próprias estratégias, a fim de tornar suas soluções as mais eficientes e precisas possível. Tais processos encaminham o/a estudante a realizar ações de metacognição, a ser determinado na busca de solução e a conhecer e confiar em seu potencial para conhecer matemática. Além disso, enfrentar e resolver problemas propicia persistência, convivência com diferentes pontos de vista, capacidade de refletir, investigar, questionar e observar, elementos característicos do pensamento crítico.

Assim, as crianças, jovens e adultos desenvolvem a habilidade de fazer escolhas, interpretar, formular, modelar, investigar, verificar se suas respostas são razoáveis, aplicar estratégias já conhecidas na busca de novas soluções e comunicar soluções de maneira eficaz. Além disso, ao serem expostos a processos de problematização, os/as estudantes ampliam a sua determinação, especialmente quando são expostos a problemas ou os elaboram para além da aplicação imediata de conceitos e procedimentos relacionados a um ou mais conteúdo específico da área. Raciocinar matematicamente oportuniza desenvolver algumas formas de pensar muito próprias da Matemática, dentre as quais destacamos o pensar indutivo, dedutivo, espacial e não determinístico.

O processo de raciocínio envolve explorar fenômenos sociais, naturais e científicos, desenvolver ideias, fazer conjecturas matemáticas e justificar resultados, contribuindo para uma compreensão mais profunda da Matemática ao permitir que crianças, jovens e adultos entendam o que estão aprendendo. Os/as estudantes aprendem a raciocinar a partir das evidências que encontram em suas explorações e investigações, do que já sabem que é verdade e a reconhecer as características de um argumento aceitável em Matemática.

Também desenvolvem possibilidades de raciocínios cada vez mais sofisticados, tais como análise, prova, avaliação, explicação, inferência, justificativa e generalização, principalmente

quando debatem pontos de vista, explicam e justificam a resolução de um problema, de uma inferência ou uma regularidade identificada, quando deduzem e justificam estratégias usadas e conclusões obtidas, adaptam o conhecido ao desconhecido, transferem aprendizagem de um contexto para o outro, provam que algo é verdadeiro ou refutam uma hipótese buscando um contra exemplo para uma conclusão falsa, entre outras possibilidades.

O processo de comunicar ideias matemáticas oralmente, visualmente e por escrito, utilizando números, símbolos, imagens, gráficos, diagramas e palavras faz parte da formação integral na Educação Básica. Por meio da comunicação, crianças, jovens e adultos são capazes de refletir e esclarecer suas ideias, sua compreensão das relações e seus argumentos matemáticos.

Aprender as várias formas de representação amplia a capacidade de entender relações e conceitos matemáticos, analisar, validar ou refutar argumentos, reconhecer conexões entre conceitos matemáticos relacionados e usar a Matemática para modelar e interpretar situações-problema diversas.

A comunicação matemática envolve passar de uma representação para outra, reconhecer as conexões entre representações e usá-las, de forma adequada e conforme necessário, para resolver problemas, construir argumentos, realizar provas e justificar decisões. A comunicação matemática permite ainda desenvolver autoconhecimento e autoconfiança, sociabilidade e flexibilidade de pensamento.

A capacidade de comunicação estimula o/a estudante a representar conceitos de várias maneiras, debater pontos de vista, explicar oralmente ou por escrito uma forma de analisar uma questão, resolver um problema ou refutar um argumento, em atividades educativas nas quais tenham várias oportunidades para se expressar em pequenos grupos, individual ou coletivamente.

Os processos matemáticos são importantes, mas não podem ser dissociados do conhecimento e das habilidades específicas adquiridas ano a ano, ao longo da Educação Básica. Crianças, jovens e adultos devem resolver problemas, se comunicar, raciocinar, refletir, à medida que se apropriam do conhecimento, da compreensão de conceitos e das habilidades matemáticas necessárias ao seu desenvolvimento.

Identificar relações entre conceitos matemáticos e situações cotidianas e estabelecer conexões entre a Matemática e outros assuntos também desenvolvem a capacidade de usar Matemática para ampliar e aplicar o conhecimento em outras áreas, bem como expandem formas de pensar, analisar e tomar decisões em diferentes situações dentro e fora da escola, porque geram capacidades e conhecimentos específicos.

Na Base Nacional Comum, os conhecimentos matemáticos estão organizados em torno de cinco eixos, a saber: Números e operações, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas e Estatística e Probabilidade.

Considerando que o Desenvolvimento Integral é o elo integrador da Base Nacional Comum, em síntese, a proposta formativa específica da área de Matemática estimula o desenvolvimento do pensamento crítico, a capacidade de enfrentar e resolver problemas, de desenvolver diversos tipos de raciocínio (indutivo, dedutivo, espacial e não determinístico) e de apropriar-se de linguagens que ampliam a capacidade de comunicação e expressão dos sujeitos. O exercício ativo de resolução de problemas instiga a capacidade de criar e inovar, desenvolve o senso de responsabilidade e promove a valorização de potenciais e limites, bem como a determinação e resiliência para vencer obstáculos e superar dificuldades.

OBJETIVOS GERAIS DA ÁREA DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para que a área de Matemática contribua para o Desenvolvimento Integral, propomos que ao final da Educação Básica cada estudante seja capaz de:

- Estabelecer conexões entre os eixos da Matemática e entre essa área e outras áreas do saber;
- Enfrentar, identificar e criar estratégias próprias para sua resolução de problemas, desenvolvendo imaginação e criatividade.
- Utilizar as diferentes modalidades de raciocínio matemático para ampliar seu pensamento crítico, sua capacidade de argumentação e de enfrentamento de situações diversas;
- Comunicar-se, utilizando as diversas formas de linguagem empregadas nos diferentes eixos ou campo da Matemática;
- Investigar, representar e interpretar situações diversas, utilizando Matemática em sua vida pessoal, social e profissional.

ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Na atualidade, prepondera uma organização social baseada no desenvolvimento científico e tecnológico. Desde a busca do controle dos processos do mundo natural até a obtenção de seus recursos, as ciências influenciaram a organização dos modos de vida. Ao longo da história, interpretações e técnicas foram sendo aprimoradas e organizadas como conhecimento científico e tecnológico, da metalurgia, que produziu ferramentas e armas, passando por motores e máquinas automatizadas até os atuais chips semicondutores das tecnologias de comunicação, de informação e de gerenciamento de processos. No entanto, o mesmo desenvolvimento científico e tecnológico de notáveis progressos na produção e nos serviços também pode promover impactos e desequilíbrios na natureza e na sociedade, que demandam outros saberes, não somente científicos, para serem compreendidos e tratados.

Alguns dos principais debates da atualidade, como a cadeia produtiva e o consumo dos alimentos, medicamentos, fontes de energia, meios de transportes, saneamento e saúde individual e coletiva, vias atuais de informação ou as tecnologias associadas aos armamentos, envolvem conceitos e questões das Ciências da Natureza. O mesmo acontece com discussões sobre a manutenção da vida na Terra ou sua existência fora dela, a evolução das espécies e do universo. Isso por si só justifica, na formação escolar, a presença dessas ciências, que têm em comum a observação sistemática do mundo material, com seus objetos, substâncias, espécies, sistemas, fenômenos e processos, estabelecendo não apenas certificar, mas investigar relações causais, formulando hipóteses, propondo modelos e teorias, analisando e associando dados, tendo o questionamento e a experimentação como base da investigação (pesquisa).

A área de conhecimento Ciências da Natureza, no Ensino Fundamental, é representada por um único componente de mesmo nome, enquanto que, no Ensino Médio, o ensino é distribuído entre os componentes curriculares Biologia, Física e Química. Em ambas as etapas, o ensino de Ciências da Natureza tem compromisso com uma formação que: prepare o sujeito para interagir e atuar em ambientes diversos, considerando uma dimensão planetária; promova a compreensão sobre o conhecimento científico pertinente em diferentes tempos, espaços e sentidos; permita a alfabetização e o letramento científicos; amplie a compreensão sobre como a ciência se constituiu historicamente e a quem ela se destina; gere a compreensão sobre questões culturais, sociais, éticas e ambientais, associadas ao uso dos recursos naturais e à utilização do conhecimento científico e das tecnologias.

Uma formação com essa dimensão visa capacitar as crianças, os jovens e os adultos para reconhecer e interpretar fenômenos, problemas e situações práticas, como, por exemplo, questões associadas à geração e ao tratamento de lixo urbano e à qualidade do ar de nossas cidades, ao uso de agrotóxicos em nossas lavouras, aos problemas de saúde pública e individual, a partir de diferentes visões de mundo, contextos e intencionalidades, para que esses sujeitos possam construir posições e tomar decisões argumentadas, perante os desafios do seu tempo.

O ensino das Ciências da Natureza, nos anos iniciais de escolaridade, contribui com a alfabetização, ao mesmo tempo em que proporciona a elaboração de novos conhecimentos. É importante que as crianças tragam para a escola suas vivências e seus saberes, que devem ser tratados de acordo com o que cabe a essa etapa.

Ao longo do Ensino Fundamental, as mudanças associadas ao desenvolvimento cerebral possibilitam a ampliação e a complexidade dos tipos de registros e da linguagem científica, assim como do desenvolvimento de habilidades intelectuais utilizadas pelas Ciências Naturais, tais como: a observação, o levantamento de hipóteses, o registro, a pesquisa e análise de dados. A sistematização do "fazer ciência" ao longo de todas as etapas escolares deve considerar também a ampliação do grau de complexidade dessas capacidades e o desenvolvimento de outras tantas, como associar, analisar, argumentar e concluir,

principalmente ao final do Ensino Fundamental e ao longo do Ensino Médio, o que propicia o "fazer ciência" em sua amplitude.

Nos anos finais do Ensino Fundamental II também ocorre a ampliação dos interesses pela vida social, há uma maior autonomia intelectual. O estudo das Ciências da Natureza, fundamentado no pensamento investigativo, permite ao jovem analisar, com maior amplitude e detalhamento, sistemas mais complexos, que dizem respeito às relações dos sujeitos com a natureza, com as tecnologias e com o ambiente, no sentido da construção de uma visão própria de mundo.

No Ensino Médio, os conceitos de cada componente curricular – Biologia, Física e Química – devem ser aprofundados em suas especificidades temáticas e em seus modelos abstratos. No entanto, isso deve ser feito respeitando os diferentes graus de maturidade ao longo dos anos do Ensino Médio, para que os/as estudantes possam compreender o contexto de diferentes fenômenos, principalmente os associados à estrutura e as ligações atômicas e moleculares e às estruturas biomoleculares. A maturidade associada às habilidades intelectuais do "fazer ciência" propicia aos jovens e adultos uma ampliação da leitura do mundo físico e social, o enfrentamento de situações relacionadas às Ciências da Natureza, o desenvolvimento do pensamento crítico e a tomada de decisões mais conscientes e consistentes.

Para essa formação ampla, os componentes curriculares da área de Ciências da Natureza devem possibilitar a construção de uma base de conhecimentos contextualizada, envolvendo a discussão de temas como energia, saúde, ambiente, tecnologia, educação para o consumo, sustentabilidade, entre outros. Isso exige, no ensino, uma integração entre conhecimentos abordados nos vários componentes curriculares, superando o tratamento fragmentado, ao articular saberes dos componentes da própria área, bem como de outras Áreas do Conhecimento. Por exemplo, ao tratar o tema energia no Ensino Médio, os/as estudantes, além de compreenderem sua transformação e conservação, do ponto de vista da Física, da Química e da Biologia, podem também percebê-lo na perspectiva da Geografia, sabendo avaliar o peso das diferentes fontes em uma matriz energética, considerando fatores como a produção, os recursos naturais mobilizados, as tecnologias envolvidas e os impactos ambientais. Ainda, podem perceber a apropriação humana dos ciclos energéticos naturais como elemento essencial para compreenderem as transformações econômicas ao longo da história.

Sob a perspectiva dos métodos empregados para a aprendizagem, o ensino das Ciências da Natureza será realizado a partir de diferentes estratégias e com o uso de múltiplos instrumentos didáticos, buscando sempre promover o encantamento, o desafio e a motivação de crianças, jovens e adultos para o questionamento. Para tal, deve mobilizar elementos lúdicos, por exemplo, como forma de promover a interação dos/as estudantes com o mundo, desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio, com múltiplas alternativas de ação, como recursos tecnológicos de informação e comunicação, jogos, brinquedos, modelos e exemplificações. No entanto, a utilização desses recursos deve ser fundamentada no desenvolvimento do pensamento lógico dedutivo, que utiliza habilidades intelectuais do pensar investigativo. Desta forma, a investigação prática e conceitual deve

ser exercitada, tanto com a sistematização da observação, dos registros específicos da área, da análise e associação de dados e do levantamento de hipóteses, como do uso de manuais de referência e sites de busca, respeitando o estágio de maturidade de cada etapa de desenvolvimento da criança e do jovem. Dessa forma, uma questão que pode ser formulada e trabalhada de modo elementar e imediato em uma atividade do início do Ensino Fundamental II, por exemplo, envolvendo a conservação ou a deterioração de alimentos, pode dar lugar a uma investigação mais detalhada e profunda, individual ou coletiva, em anos mais avançados do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio.

Garantidos esses pressupostos, o ensino de Ciências da Natureza deve cumprir o compromisso de colaborar no Desenvolvimento Integral de crianças, jovens e adultos para a atuação consciente no mundo, seja na esfera social, pessoal ou do trabalho, seja para a continuidade dos estudos, capacitando-os para compreender as questões científicas, tecnológicas, ambientais e sociais que continuamente se apresentam. Essa formação é possível em uma escola onde são acolhidos diferentes saberes, manifestações culturais e visões de mundo. Assim, essa instituição deve se constituir como um espaço de heterogeneidade e pluralidade, que valoriza a diversidade e se pauta em princípios de solidariedade e emancipação. Com isso, cabe-lhe promover o envolvimento dos sujeitos da comunidade escolar e extraescolar em projetos educacionais, voltados para a compreensão e a participação em questões globais e do entorno social, e em produções representativas das culturas que se expressam na coletividade.

Considerando as diferentes dimensões formativas mencionadas, é proposta uma organização dos conhecimentos das Ciências da Natureza em eixos que possam estruturar o currículo e possibilitar a articulação entre os componentes curriculares. É importante ressaltar que os eixos guardam relações próximas, uma vez que representam um todo que se divide para imprimir ênfase em uma ou outra dimensão. São quatro os eixos estruturantes do currículo nas Ciências da Natureza:

- Conhecimento conceitual das Ciências da Natureza – neste eixo são enfatizados os conteúdos conceituais específicos de cada componente curricular – o saber sistematizado, leis, teorias e modelos. Os conteúdos conceituais poderão ser propostos no currículo a partir da investigação dos fenômenos, processos e situações estimulando o desenvolvimento de diferentes habilidades cognitivas que possibilitam não só o domínio de conhecimentos científicos como o desenvolvimento do pensamento lógico-dedutivo estimulando a criticidade e a argumentação fundamentada.
- Contextualização histórica, social e cultural das Ciências da Natureza – neste eixo são tratadas as relações entre conteúdos conceituais das Ciências da Natureza e o desenvolvimento histórico da ciência e da tecnologia; o papel dos conhecimentos científicos e tecnológicos na organização social e formação cultural dos sujeitos e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Dessa forma, o currículo deve apontar para estudos de temas de relevância social, a partir dos quais articulações entre diferentes áreas poderão ser feitas.

- Processos e práticas de investigação em Ciências da Natureza – neste eixo é enfatizada a dimensão do saber fazer Ciência, proporcionando-se aos/às estudantes uma aproximação com os modos de produção do conhecimento científico. O saber fazer ciência, compreendido não somente como uma metodologia, busca a apropriação da metodologia como um objeto de estudo. Nesse sentido, o currículo propõe estudos sobre processos de construção de modelos científicos, práticas de investigação científica (questões e procedimentos de pesquisa adequados ao contexto escolar), uso e produção de tecnologias, considerando as especificidades do contexto escolar.
- Linguagens das Ciências da Natureza – neste eixo é ressaltada a importância do domínio das linguagens específicas das Ciências da Natureza e das múltiplas linguagens envolvidas na comunicação e na divulgação do conhecimento científico. Essa linguagem deve respeitar o grau de desenvolvimento de crianças, jovens e adultos de modo que possam se apropriar ao longo das séries da Educação Básica dos diferentes tipos de tabelas, gráficos, esquemas, mapas de conceito, fórmulas e textos científicos.

As dimensões formativas representadas por esses eixos orientam a proposição de um currículo que aproxima o conhecimento do mundo das crianças, dos jovens e dos adultos, orientando sua atuação em diferentes práticas sociais: da vida cotidiana, culturais, do trabalho, da comunicação e da cidadania. Para isso, a escolha de unidades de conhecimento deve ser feita com atenção aos seguintes pontos: incluir conteúdos conceituais que são fundamentos do conhecimento da área e que se articulem com saberes da prática; incluir processos cognitivos relativos à investigação e à resolução de problemas que possam auxiliar o exercício da cidadania e a tomada de decisão socialmente responsável; e possibilitar o tratamento progressivo e recursivo de conceitos ao longo do currículo. Dessa maneira, o ensino das Ciências da Natureza pode ser desafiador para crianças, jovens e adultos, levando-os a refletirem sobre os fenômenos naturais, as culturas das quais participam, em uma sociedade em que a ciência é instrumento para a interpretação de fenômenos e problemas sociais. Contribuí, também, para buscar formas de intervenção pessoais e coletivas, para promover consciência e gerar responsabilidade, com a alegria de quem não precisa memorizar respostas, mas pode, a todo o tempo, fazer perguntas, apresentar e enfrentar dúvidas.

Considerando que o Desenvolvimento Integral é o elo integrador da Base Nacional Comum, em síntese, a proposta formativa específica da área de Ciências da Natureza estimula o desenvolvimento do espírito científico, a apropriação do "fazer ciência" e da metodologia científica. Tal processo inclui o levantamento de hipóteses, a experimentação, observação, o registro, a análise de dados (evidências) e a comprovação de hipóteses levantadas previamente. Nesse exercício investigativo, são desenvolvidos o autocuidado e autoconhecimento, o pensamento crítico, a criatividade, a responsabilidade e a determinação. A criança, jovem ou adulto que experimenta, pesquisa, testa e levanta hipóteses tem a possibilidade de desenvolver a capacidade de problematizar, argumentar e

olhar criticamente para todos os fenômenos (naturais ou sociais), para o outro e para si mesmo.

OBJETIVOS GERAIS DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

- Compreender a ciência como um empreendimento humano, construído histórica e socialmente.
- Apropriar-se de conhecimentos das Ciências da Natureza como instrumento de leitura do mundo.
- Interpretar e discutir relações entre a ciência, a tecnologia, o ambiente e a sociedade.
- Mobilizar conhecimentos para emitir julgamentos e tomar posições a respeito de situações e problemas de interesse pessoal e social relativos às interações da ciência na sociedade.
- Saber buscar e fazer uso de informações e de procedimentos de investigação com vistas a propor soluções para problemas que envolvem conhecimentos científicos.
- Desenvolver senso crítico e autonomia intelectual no enfrentamento de problemas e na busca de soluções, visando transformações sociais e construção da cidadania.
- Fazer uso de modos de comunicação e de interação para aplicação e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos.
- Refletir criticamente sobre valores humanos, éticos e morais relacionados com a aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

As Ciências Humanas compõem um campo cognitivo dedicado aos estudos da existência humana e das intervenções sobre a vida, problematizando as relações sociais e de poder, os conhecimentos produzidos, as culturas e suas normas, as políticas e leis, as sociedades nos movimentos de seus diversos grupos, os tempos históricos, os espaços e as relações com a natureza. Essa área reúne estudos de ações, de relações e de experiências coletivas e individuais, que refletem conhecimentos sobre a própria pessoa e sobre o mundo em diferentes manifestações naturais e sociais. Ainda que sujeita a diferentes correntes e vertentes teóricas, o pressuposto fundamental da área considera o ser humano como protagonista de sua existência e demanda um posicionamento do indivíduo diante das diferentes situações sociais que lhe são apresentadas, considerando sua própria trajetória pessoal.

Na Educação Básica, as Ciências Humanas possibilitam às pessoas a reflexão sobre sua própria experiência, a valorização dos direitos humanos, a autonomia individual e a responsabilidade coletiva com o meio ambiente e com o mundo a ser herdado por futuras gerações.

A identificação e a caracterização da área das Ciências Humanas ocorrem a partir da compreensão das especificidades dos pensamentos filosóficos, históricos, geográficos, sociológicos e antropológicos. Assim sendo, constitui-se pelos seguintes componentes curriculares obrigatórios: História e Geografia, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, e Sociologia e Filosofia, exclusivamente no Ensino Médio. O Ensino Religioso, dada sua proximidade de estudos com a área de Ciências Humanas, integra-se a ela na Base Nacional Comum, realçando seu caráter histórico e filosófico. A oferta do Ensino Religioso é obrigatória no Ensino Fundamental, embora a sua matrícula seja facultativa.

O ensino das Ciências Humanas acontece ao longo de toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil, em explorações afetivas, lúdicas e sociocognitivas que potencializam sentidos, vivências e experiências como saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza.

Ao longo do Ensino Fundamental, compreende práticas de leitura, diálogos e diferentes tipos de registros nos componentes curriculares Geografia, História e Ensino Religioso, em ações integradas com os demais componentes e áreas. Desta forma, contribui com processos diversos de letramento, desenvolvimento das linguagens e raciocínios matemáticos, sistematizando percepções de espaços em diferentes tempos históricos e escalas geográficas, ampliando o entendimento sobre pessoas, culturas e grupos sociais em relações de produção, de poder e de transformação de si mesmas e do mundo.

A passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental exige sensibilidade e um conjunto de compreensões específicas, devido às transformações da adolescência e uma maior atenção à articulação entre os componentes curriculares.

No Ensino Médio, a área de Ciências Humanas passa a contar com Filosofia e Sociologia como componentes curriculares obrigatórios. Também nessa etapa da Educação Básica se

faz necessário assegurar a integração horizontal do ensino dos diferentes componentes, inclusive com as outras áreas de conhecimento e com uma consistente integração vertical. É importante que a passagem dos anos finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio seja vivenciada pelo/a estudante como continuidade do processo formativo, cujos sentidos e significados possibilitem o pleno exercício da cidadania, a continuidade dos estudos, a inserção no mundo do trabalho e a utilização adequada das tecnologias.

As Ciências Humanas, em diálogo com outras áreas e seus respectivos componentes, potencializam o Desenvolvimento Integral ao ampliar o sentido de pertencimento a grupos sociais, as percepções de tempos, temporalidades, espaços e espacialidades, cultivando nos sujeitos da educação as corresponsabilidades quanto ao acolhimento do outro e ao mútuo reconhecimento. Favorecem ainda a capacidade de ultrapassar limites da informação, concebendo o conhecimento como herança cultural e como produção histórico-social, diante das demandas que compõem o quadro de conflitos políticos, sociais, religiosos e culturais do mundo contemporâneo, considerando a imprevisibilidade dos fenômenos e fatos. No entrecruzamento dos conhecimentos, as ações educativas exploram sensibilidades, espacialidades, temporalidades, diversidades, alteridades e racionalidades, possibilitando práticas interdisciplinares e transversais, respeitando-se as particularidades dos fazeres e dos saberes de cada componente curricular.

Assim, questões do contexto local e global são transversalizadas no conhecimento escolar da área, sem hierarquizações, mas como unidades de conhecimento, a saber: a terra e os territórios; o espaço e sua territorialização pelas sociedades; as territorialidades; as diversidades; o trabalho e a relação com a natureza; a formulação do tempo histórico, do sentido de pertença e de intervenções de sujeitos nas transformações das sociedades; as identidades e as alteridades; as memórias; a ética; a estética; as desigualdades sociais; as ideologias; os modos de produção e de apropriações; os modos de pensar, de crer e de agir das pessoas.

As Ciências Humanas, em seu estudo do ser humano em sociedade, produzindo cultura e formas de organização política, possibilitam o repensar do viver cotidiano e aquilo que se considera como natural e inevitável. As ferramentas dessas ciências possibilitam a criança, ao jovem e ao adulto o estranhar-se diante de seu cotidiano, desvendando a construção social e histórica daquilo que aparenta ser corriqueiro e dado.

Olhar para si a partir de uma perspectiva mais ampla, considerando seu próprio ser e estar no mundo, seu percurso e perceber-se como um entre outros e os outros em mim, significa que todos nós "somos um e outro". Isso promove o desenvolvimento de responsabilidade social e participação política, bem como a autopercepção como pertencente e interdependente do meio social e como agente de transformação.

Nesse sentido, as Ciências Humanas podem aprofundar o estudo das identidades compreendidas na dinâmica cultural, com fronteiras fluidas, móveis e plurais. Identidades que não são naturais, mas formadas e transformadas no interior da representação (escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização por meio da arte ou dos meios de comunicação) e com um conjunto de significados.

Dessa forma, as Ciências Humanas contribuem para o/a estudante construir o seu projeto de vida pessoal e profissional, fundamentar as suas práticas sociais, ter clareza de seu percurso e atuar de forma apropriada em diversos espaços e em diversas temporalidades.

Assim, os objetivos gerais da Área de Ciências Humanas na Educação Básica passam a ser compreendidos como dimensão fundamental da realização dos princípios constantes das Diretrizes Curriculares Nacionais, entre os quais se destacam a valorização da atividade político-cidadã; a compreensão da importância do trabalho e de seu impacto sobre a vida social; a valorização da pesquisa e da ciência; a facilitação do diálogo com as especificidades das diferentes culturas, segundo critérios de faixa etária, classe social e região; o respeito a diferenças, diversidade étnica e liberdades individuais; e a utilização racional das tecnologias e das práticas culturais próprias ao mundo contemporâneo. Para isso, é necessária uma clara demarcação da progressão contínua e articulada do conhecimento em cada etapa da Educação Básica, relacionando sua herança intelectual e conceitual com a preocupação na formação integral, reflexiva e cidadã.

Em síntese, todos estes elementos fundamentam a contribuição formativa da área de Ciências Humanas ao Desenvolvimento Integral. A experiência e a reflexão promovidas por esta área favorecem diretamente o autoconhecimento, a sociabilidade, a abertura às diferenças e apreciação da diversidade, a capacidade de fazer distintas associações, questionar, observar e comparar, analisar ideias e fatos em profundidade, formar opinião, associar conhecimentos, elaborar hipóteses e argumentar com fundamentação, valendo-se de evidências, de se expressar e interagir, de participar da vida política do país, de perceber-se como pertencente e interdependente em relação aos outros e ao meio social/ambiental e de se posicionar como agente de transformação, assumindo-se como protagonista da sua própria história e da construção da vida em sociedade.

OBJETIVOS GERAIS DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

- Conhecer princípios éticos, políticos, culturais, sociais e afetivos, sob a égide da solidariedade, atentando para a diversidade, a exclusão, avaliando e assumindo ações possíveis para o cuidado de si mesmo, da vida em sociedade, do meio ambiente e das próximas gerações.
- Analisar processos e fenômenos naturais, sociais, filosóficos, sociológicos, históricos, religiosos e geográficos, problematizando-os em diferentes linguagens, adotando condutas de investigação e de autoria em práticas escolares e sociais voltadas para a promoção de conhecimentos, da sustentabilidade ambiental, da interculturalidade e da vida.
- Problematizar o papel e a função de instituições sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas, questionando os enfrentamentos entre grupos e sociedades, bem como as práticas de atores sociais em relação ao exercício de cidadania, nos desdobramentos de poder e na relação dinâmica entre natureza e sociedade, em diferentes temporalidades e espacialidades.

- Compreender e aplicar pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam saberes, conhecimentos e experiências que integrem e reflitam o percurso da Educação Básica, observando os preceitos legais referentes a políticas educacionais de inclusão, considerando o trabalho e as diversidades como princípios formativos.

Documento de referência 1

Desenvolvimento Integral na Base Nacional Comum¹

1. Introdução

A Base Nacional Comum é um conjunto de conhecimentos e habilidades essenciais que cada estudante brasileiro tem o direito de aprender a cada etapa da Educação Básica para se desenvolver como pessoa, se preparar para o exercício da cidadania e o exercício ativo da democracia, continuar os estudos e se qualificar para o trabalho.

Esses conhecimentos e habilidades essenciais devem estar alinhados com as demandas da sociedade contemporânea e com um projeto de nação, a fim de formar as novas gerações de brasileiros para realizar o seu projeto de vida e contribuir para que o país também alcance as suas aspirações.

O artigo 205 da Constituição Federal (1988), o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o artigo 2 da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) destacam que a finalidade da educação é promover o **pleno desenvolvimento** do educando. Isso significa que a educação brasileira deve contribuir para o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: física, intelectual, social, emocional e simbólica.

Assim sendo, é preciso assegurar que a Base Nacional Comum contemple um conjunto de capacidades associadas às diversas dimensões do Desenvolvimento Integral, para que seja capaz de formar cidadãos plenos e aptos a lidar com a realidade e os desafios atuais e futuros.

2. Capacidades Essenciais Associadas ao Desenvolvimento Integral

Os componentes curriculares são fundamentais para que os estudantes tenham a base necessária para compreender e estar no mundo. Entretanto, o pleno desenvolvimento de crianças, jovens e adultos para que se tornem cidadãos autônomos e responsáveis implica também na aquisição de outras capacidades essenciais:

Autoconhecimento e Autocuidado: Capacidade da pessoa de conhecer e cuidar bem do seu corpo, da sua mente e das suas emoções, reconhecer limites, potenciais, desejos e interesses pessoais, apreciar suas próprias qualidades, evitar situações de alto risco e adotar

¹ Trata-se do documento de referência para todo o presente trabalho. Inclui a descrição das sete macrocapacidades associadas ao desenvolvimento integral pactuadas por todos os envolvidos, bem como as razões para a sua inclusão no documento da Base e indicações de como fazê-lo.

hábitos saudáveis, reconhecer, expressar e gerir suas emoções, especialmente em situações críticas, dosar seus impulsos e refletir sobre suas atitudes.

Pensamento Crítico: Capacidade de refletir, interpretar, investigar, de desenvolver o espírito científico, de questionar, observar e comparar, analisar ideias e fatos em profundidade, formar opinião, associar conhecimentos, elaborar hipóteses e argumentar com fundamentação se valendo de evidências.

Criatividade e Inovação: Capacidade de resolver problemas, ter atitude positiva e curiosa diante de situações e desafios diferentes, ter um olhar diferente sobre a realidade, fazer diferentes associações, ter ideias originais, formular perguntas, descobrir possibilidades diferentes, inventar e se reinventar, utilizar formas diferentes de resolver problemas.

Abertura às Diferenças e Apreciação da Diversidade: Capacidade de compreender a importância, respeitar e valorizar as diferenças e diversidades em todas as suas manifestações, ser flexível e acolher ideias, opiniões, valores, crenças e costumes diferentes dos seus, reconhecer e estabelecer relações entre diferentes culturas/práticas culturais, apreciar e fruir de produções e bens culturais, valorizar a cultura local e reconhecer-se como parte dela, reconhecer as diferenças como constituintes do ser humano, reconhecer as diferenças e identidades.

Sociabilidade: Capacidade de escutar, compreender, cooperar e colaborar com os demais, respeitando decisões comuns e adaptando-se a situações sociais variadas, de criar, desenvolver e manter relações, comunicar ideias e sentimentos, apropriar-se das linguagens, criar, pactuar e respeitar princípios de convivência, exercitar o confronto para o diálogo livre de coerção, negociar e solucionar conflitos e valorizar a cultura de paz.

Responsabilidade: Capacidade de reconhecer e exercer direitos e deveres, fazer escolhas, tomar decisões responsáveis consigo e com o outro, assumir consequências e agir de forma ética, sustentável e responsável em relação aos outros e ao bem comum, à sua comunidade e ao planeta; de participar da vida política do país e perceber-se como pertencente e interdependente em relação aos outros e ao meio social/ambiental e como agente de transformação.

Determinação: Capacidade do indivíduo de se organizar, definir prioridades e metas e perseverar para alcançar seus objetivos, de ter motivação, iniciativa, disciplina, dedicação e resiliência para vencer obstáculos, de avaliar e assumir riscos controláveis e ter confiança para seguir em frente e realizar projetos profissionais -preparando-se para o trabalho- , pessoais e de interesse coletivo, assumir-se como protagonista, agente, proativo.

3. Por que inserir as capacidades essenciais associadas ao Desenvolvimento Integral à Base Nacional Comum?

O Desenvolvimento Integral potencializa os impactos da Educação Básica em diversos aspectos:

Promove o desenvolvimento pleno. Essas capacidades são parte indissociável da educação que tem como propósito formar os educandos para a vida. Redes de ensino e escolas que desenvolvem essas competências de forma intencional garantem uma formação mais completa, que apoia a sua realização como pessoa, profissional e cidadão.

Orienta os alunos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. As capacidades associadas ao Desenvolvimento Integral dialogam com as novas demandas do mundo do trabalho, como criatividade, pensamento crítico, capacidade de trabalhar em equipe e resolver problemas. Também preparam os estudantes para lidar melhor com os grandes temas da atualidade, como respeito e valorização da diversidade, sustentabilidade, qualidade de vida, uso das tecnologias, interação com as redes sociais, participação democrática, engajamento em causas de interesse coletivo, entre outras.

Maximiza a aprendizagem acadêmica. Estudos evidenciam que o desenvolvimento dessas capacidades impacta positivamente o aprendizado dos componentes curriculares. Pesquisa avaliativa realizada em conjunto pelo Instituto Ayrton Senna, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, indica que alunos mais responsáveis, focados e organizados aprendem em um ano letivo cerca de um terço a mais de matemática (conhecimento medido pela avaliação bimestral da Secretaria de Educação) do que os colegas que apresentam essas capacidades menos desenvolvidas. No mesmo sentido, a diferença de aprendizagem também é detectada entre alunos com maiores níveis de abertura a novas experiências, quando se compara o desempenho desses dois grupos em Língua Portuguesa.

Contribui para a promoção da equidade. Quando a escola enfatiza apenas o aprendizado intelectual, tende a subestimar ou até mesmo estigmatizar alunos que têm mais dificuldade de lidar com essa dimensão do desenvolvimento, ainda que possuam outras capacidades igualmente relevantes. A perspectiva do Desenvolvimento Integral tem o importante papel de valorizar as potências de cada estudante, ampliando a sua autoestima e autoconfiança para que se sinta capaz de aprender, a despeito de possíveis limitações individuais ou socioeconômicas.

Contribui para a superação de vulnerabilidades. Alunos que vivem em contextos emocionais mais adversos trazem para a escola muitas das dificuldades que enfrentam no seu cotidiano. Em muitos casos, essas vulnerabilidades geram lacunas e/ou bloqueios que comprometem a sua aprendizagem e os impedem de acompanhar o ritmo daqueles estudantes que vivem em ambientes mais protegidos. O trabalho com a perspectiva do Desenvolvimento Integral apoia a superação desses desafios.

Gera impacto nos indicadores sociais. Indivíduos que desenvolvem essas capacidades ainda na fase escolar mostram-se mais aptos para superar obstáculos e realizar conquistas

peçoais e profissionais, segundo pesquisas realizadas por James Heckman e seus colaboradores. Com isso, apresentam melhores indicadores de escolaridade, empregabilidade, saúde, exposição a riscos e violência.

Cria ambiente favorável ao aprendizado. A aprendizagem efetiva tem forte relação com a estabilidade emocional dos alunos, a qualidade do ambiente escolar e os vínculos que se estabelecem entre educadores e educandos. O trabalho intencional e consequente com as capacidades associadas ao Desenvolvimento Integral apoia o estudante a lidar com seu corpo, sua mente e suas emoções, além de demandar da equipe escolar uma postura mais atenta e acolhedora, o que facilita e potencializa o processo de ensino e aprendizagem.

4. Como inserir a perspectiva do Desenvolvimento Integral na Base Nacional Comum?

As capacidades essenciais associadas ao Desenvolvimento Integral devem permear todo o conteúdo da Base Nacional Comum, de forma integrada ou suplementar aos demais conhecimentos e habilidades descritos no documento, como responsabilidade compartilhada por todos os agentes da educação.

Para tanto, devem ser incluídas em três níveis:

- No texto Introdutório: **Princípios Orientadores da Base;**
- No texto: **Educação Infantil e Áreas do Conhecimento.**
- Nos textos de **"Apresentação da Área"**: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas (apresentando a evolução do desenvolvimento dessas capacidades nas diferentes etapas – do ensino fundamental ao ensino médio).